PARECER JURÍDICO Nº 006/2023

PROJETO DE LEI Nº 007/2023

AUTOR: VEREADOR CLÁUDIO MAGALHÃES

EMENTA: Requisitos legais para o Trâmite. Dá denominação à Praça Esportiva. Legalidade.

1 – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Vereador Cláudio Magalhães, registrado sob o nº 007/2023 que *"*Dá denominação de Areninha Gustavo Cezar Milton Da Silveira Filho – "Gustavão", a uma Praça Esportiva da cidade de Ilhéus e dá outras providências*",* para fins de parecer prévio.

Em sua justificativa, desfila argumentos que devem ser considerados para o merecimento da homenagem, dentre os quais se destacam:

O homenageado

> [...] chegou a Ilhéus, no início dos anos de 1980 e teve um importante destaque no município, a maioria das lutas dos movimentos sociais da região teve a participação de Gustavo no período em que esteve presente em vida. Tais como: Na luta pela reforma agrária na região; na fundação do SINDICACAU; reorganização de vários sindicatos de trabalhadores, estadualização da FESPI, atual UESC, e a fundação da UFSB. Gustavo Cezar Milton da Silveira Filho, era fisioterapeuta e atuou na APAE, foi diretor administrativo e geral do antigo Hospital Regional Luiz Viana Filho, viveu de forma simples, foi um formulador e grande líder político. Ele amava Ilhéus. Gustavo faleceu precocemente em 17 de agosto de 2011, aos 52 anos, deixando um legado de coragem, lealdade política e coerência.

É o relatório. Passo à análise.

2 – ANÁLISE JURÍDICA

A atividade legislativa se desenvolve dentro de um processo formal, estruturado conforme o ordenamento legislativo, a que se dá o nome de processo legislativo. A cada espécie legislativa (lei ordinária, lei complementar, resolução, decreto legislativo, etc.) corresponde um determinado procedimento.

Conforme estabelecido no § 3º, da Portaria nº 005/2021:

> § 3º – A Secretaria Parlamentar encaminhará a proposição para o Presidente da ***Câmara com cópia para Comissão Legislativa, para que esta possa oferecer seu parecer técnico acerca da matéria,*** respeitando o prazo de 03 (três) dias, considerando o quanto disposto na Portaria nº 005/2021, bem como os prazos estipulados no Regimento Interno. (Grifou-se)

Assevera o artigo 99, do Regimento Interno desta Casa Legislativa:

> Art. 99 – As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial e assinadas pelo seu autor ou autores.

O Projeto de Lei em destaque atende a essa exigência regimental.

Quanto à iniciativa do projeto de Lei, de um dos vereadores, não há qualquer óbice, que impeça sua tramitação.

A proposição contém ementa elucidativa do seu objetivo, está assinado pelo autor e se faz acompanhar de justificação por escrito, fundamentando a adoção da medida proposta, conforme previsto nos artigos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ilhéus, a exemplo do artigo 101, veja-se:

> Art. 101 – As proposições consistentes em projetos de lei, decreto legislativo, resolução, projeto substitutivo deverão ser oferecidas articuladamente, ***acompanhadas de justificação por escrito. (Grifou-se)***

No caso em comento, de fato, o presente projeto de lei não apresenta nenhum tipo de invasão indébita, pelo contrário, atende ao princípio da legalidade, tendo em vista que o objeto do mesmo deve ser por meio de lei, por toda narrativa fática e jurídica acima exposta.

3 CONCLUSÃO

Diante do quanto exposto, não foi encontrado qualquer vício de legalidade que impeça o prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei, podendo depreender que o presente projeto de lei respeita as formalidades previstas no Regimento Interno e demais legislações.

Importante salientar que a emissão de parecer desta Assessoria não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, uma vez que essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

Nesse sentido, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa de Leis.

É o Parecer, salvo melhor Juízo das Comissões Permanentes.

Ilhéus -BA, 07 de março de 2023.

ADRIANO SANTOS DE CARVALHO
Assessor Jurídico-Legislativo
OAB/BA 42.467

JOSÉ CARLOS COSTA DA SILVA JÚNIOR
Assessor Jurídico-Legislativo